

Sintoma Localizado

anc
A denúncia de propósitos desestabilizadores ocultos na Constituinte é um modismo político que não consegue convencer a mais ninguém. Ninguém dispõe de poder para alterar uma normalidade que reflete a vontade dos brasileiros, por cima dos interesses de grupos, facções, correntes políticas.

JORNAL DO BRASIL
As Forças Armadas, no passado, intervieram em situações políticas tendo em vista a gravidade social e o risco econômico implícitos. Elas podiam fazer a situação pender para um lado e, geralmente, aceitavam o desempenho da missão constitucional nas crises. A última intervenção das Forças Armadas se deu em 1964, e a lição desaconselha a mais remota hipótese de voltarem à cena política.

Os grandes problemas que se apresentam ao Brasil neste momento são a consequência do equívoco de conduzir o Estado sem levar em conta a sociedade. A estatização da economia e a malha normativa autoritária foram o produto final de um equivocado conceito de que possa haver revolução com objetivos democráticos. A inflação e a perda dos valores morais, as contradições sociais e o despreparo político condenam a intervenção das Forças Armadas na política.

Os chefes militares e toda a oficialidade têm hoje plena consciência de que seria para as Forças Armadas um castigo a volta atrás. Essa nova convicção, que se formou nos quartéis e no nível das famílias militares, quer distância da vida política. Em 64 a opinião pública se organizou e pediu a intervenção militar no pressuposto de que a responsabilidade política seria devolvida aos civis. Uma vez violada a legalidade, no entanto, ficou aberto o caminho e novos fatos foram gerados pela disputa do poder.

A opinião pública não pensa em repetir a experiência e as Forças Armadas entendem que a condução da política é responsabilidade exclusiva dos civis. A eles compete a defesa da ordem constitucional e da soberania nacional. Mais nada.

A normalidade, no entanto, parece incomodar a certos grupos políticos. A insistência em periódicas denúncias de interessados em desestabilizar o governo não tem a menor substância política. O Brasil está atento ao trabalho da Constituinte e à espera da sucessão presidencial

editou
prevista para este ano. Onde, portanto, pode se localizar algum propósito de instabilizar o governo ou a normalidade política?

É um baixo recurso político a atribuição de intenções desestabilizadoras a grupos de oposição, principalmente porque não há mais, de forma organizada, o que se entende formalmente como governo e oposição. A Constituinte apagou as diferenças. Não se fabricam crises sem que haja condições favoráveis. Se há, ao lado ou mesmo dentro do Governo, um grupo que se empenha em quebrar a normalidade, está partindo de dados equivocados. Mais ainda se esse cálculo supõe que a manobra possa ser do agrado das Forças Armadas.

Se há uma certeza que todas as correntes políticas devem levar em conta, neste momento, é a de que as Forças Armadas não admitem sequer considerar a hipótese de servir a grupos políticos.

A opinião pública entende como absolutamente normais as divergências políticas e se preocupa, isto sim, com a demora do governo em tomar providências que não encerram mistério. Precisam apenas da coragem de aceitar a impopularidade transitória, até que os efeitos benéficos se façam sentir. A inflação, no dia-a-dia dos cidadãos, incomoda e pede medidas saneadoras que o governo adia. Nem de longe passa pela cabeça dos cidadãos recorrer aos militares no que diz respeito à responsabilidade política devolvida aos civis.

A crise — se é que se pode falar em crise — é áulica e se esgota dentro do próprio governo, onde é alimentada. Nem mesmo a tentativa de gerar atritos que resultem numa crise institucional, envolvendo o Congresso e o Executivo, poderá engajar as Forças Armadas nesse risco. Os governadores de São Paulo, do Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais assumiram posição em defesa das decisões que a Constituinte tomar, no que diz respeito ao sistema de governo e ao mandato presidencial.

O caminho da normalidade política é longo, porém mais seguro para abreviar a transição, que terá como marcos decisivos, este ano, a promulgação da nova Constituição em breve e a sucessão presidencial a 15 de novembro.